

---

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM  
GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE  
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE  
COLOCAÇÃO DA ÁGUAS DO MIRANTE S.A.**

entre

**ÁGUAS DO MIRANTE S.A.**

*como Emissora*

e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

*como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas*

e, ainda,

**AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.**

*como Fiadora*

\_\_\_\_\_  
Datado de  
26 de maio de 2014  
\_\_\_\_\_

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA ÁGUAS DO MIRANTE S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

**ÁGUAS DO MIRANTE S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, na Travessa da Saudade, nº 105, Piracicamirim, CEP 13417-783, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 15.384.637/0001-04, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Emissora” ou “Companhia”);

e, de outro lado,

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, CEP 22604-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Agente Fiduciário”), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures objeto da presente Emissão (“Debenturistas”);

e, ainda, na qualidade de interveniente,

**AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 8º andar, sala 01, Jardim Paulistano, CEP 01451-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.827.501/0001-58, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Aegea” ou “Fiadora”);

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora doravante denominados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”;

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Águas do Mirante S.A” (“Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 13 de maio de 2014 (“AGE da Emissão”) e da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de maio de 2014 (“RCA da Emissão”), nas quais foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão, bem como de seus termos e condições; (b) a constituição da Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes, em garantia das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão; e (c) a autorização à Diretoria da Companhia adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

1.2. A Emissão, a Fiança e o Penhor de Ações foram aprovados com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Aegea, realizada em 15 de maio de 2014 (“RCA da Aegea”).

## CLÁUSULA II REQUISITOS

A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta Restrita” e “Instrução CVM 476”, respectivamente) será realizada com observância aos requisitos abaixo.

### 2.1. Dispensa de Registro na CVM

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

### 2.2. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.2.1. Por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, atualmente em vigor (“Código ANBIMA”), exclusivamente para fins de

envio de informações para a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 8º do Código ANBIMA, desde que sejam expedidas diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

### **2.3. Arquivamento na Junta Comercial e Publicações dos Atos Societários**

2.3.1. A ata da AGE da Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal “A Tribuna Piracicabana”, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A ata da RCA da Emissão será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal “A Tribuna Piracicabana”, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.3. A ata de RCA da Aegea será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no “Diário Comercial”, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

### **2.4. Arquivamento da Escritura na JUCESP**

2.4.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. Uma via original desta Escritura e de seus eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESP deverá ser enviada ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do respectivo arquivamento.

### **2.5. Registro das Garantias**

2.5.1 Em virtude da Fiança prestada pela Fiadora em benefício dos Debenturistas nos termos aqui previstos, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, da Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos da Cláusula 3.5.10 desta Escritura, e entregues ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo registro.

2.5.2. O Contrato de Penhor de Ações será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, da Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma e prazo previstos no Contrato de Penhor de Ações. Uma via original do Contrato de Penhor de Ações e de seus eventuais aditamentos devidamente registrados deverão ser entregues ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados do respectivo registro.

2.5.3. O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes será registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, na forma e

prazo previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes. Uma via original do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes e de seus eventuais aditamentos devidamente registrados deverão ser entregues ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados do respectivo registro.

## **2.6. Registro para Distribuição Primária e Negociação Secundária**

2.6.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.6.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

## **CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Objeto Social da Emissora**

3.1.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora, seu objeto social consiste em realizar, sob regime de parceria público privada, na modalidade de concessão administrativa, a prestação do serviço público de esgotamento sanitário, englobando a coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos do processo, nos termos da adjudicação objeto da licitação promovida pela autarquia municipal Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE de Piracicaba (“SEMAE”), nos moldes do Edital de concorrência pública sob nº 01/2011.

### **3.2. Número da Emissão**

3.2.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

### **3.3. Valor Total da Emissão**

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 155.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão.

### **3.4. Número de Séries**

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

### **3.5. Garantias**

Para assegurar o integral e pontual pagamento do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, incluindo o respectivo Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), a Remuneração e os Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário na execução da Fiança e das Garantias Reais ("Obrigações Garantidas"), as Debêntures contarão com as seguintes garantias:

#### **3.5.1. Garantia Fidejussória**

3.5.1.1. As Debêntures são garantidas por fiança prestada pela Fiadora ("Fiança"), a qual se obriga por este instrumento e na melhor forma de direito, perante os Debenturistas, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, até o integral pagamento de referidas obrigações, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

3.5.1.2. Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à Fiança será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

3.5.1.3. A Fiadora presta a Fiança aqui referida de forma solidária e em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se a Fiadora e seus sucessores a qualquer título pelo cumprimento integral das Obrigações Garantidas, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.5.1.4. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer valores devidos aos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.5.1.5. As Obrigações Garantidas serão pagas pela Fiadora no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contado do recebimento da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Fiadora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer Obrigação Garantida. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha ou possa ter ou exercer em relação às suas obrigações assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura.

3.5.1.6. O pagamento citado na Cláusula 3.5.1.5 acima deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.5.1.7. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

3.5.1.8. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.5.1.9. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada, sendo certo que a Fiadora somente poderá realizar a cobrança de qualquer valor que lhe seja devido pela Emissora após o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

3.5.1.10. Em virtude da Fiança prestada pela Fiadora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados, pela Emissora, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, da Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data de assinatura desta Escritura.

3.5.1.11. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento de todas as Obrigações Garantidas, inclusive nos casos de prorrogação do prazo de vencimento final das Debêntures.

3.5.1.12. As obrigações da Fiadora aqui assumidas permanecerão válidas e eficazes mesmo na ocorrência de atos ou omissões que possam afetar as Obrigações Garantidas, incluindo: (a) qualquer extensão de prazo ou alteração dos termos e condições das Debêntures acordado entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou pedido de falência.

3.5.1.13. As Partes desde já reconhecem que a Fiança é prestada por prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, tendo com data de vencimento a data do pagamento

integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura.

### 3.5.2. Garantias Reais

Adicionalmente à Fiança, as Debêntures contarão com as seguintes garantias reais (em conjunto, "Garantias Reais"):

3.5.2.1. Penhor da totalidade das ações, presentes e futuras, de emissão da Companhia, exceto por 3 (três) ações de emissão da Companhia que são de titularidade de membros de sua administração, incluindo todos e quaisquer direitos, preferências e vantagens econômicas relacionadas às ações, como dividendos, juros sobre o capital próprio, bonificação de ações, entre outras ("Penhor de Ações"), nos termos do "Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças" ("Contrato de Penhor de Ações"), celebrado entre a Aegea, o Agente Fiduciário e a Companhia.

3.5.2.1. Cessão fiduciária da totalidade dos direitos de crédito (receitas emergentes e alternativas) e demais direitos emergentes da concessão objeto do Contrato de PPP ("Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes"), nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes em Garantia" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes"), celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário.

### 3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder"), da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC") e do BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento ("BESI" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o HSBC, "Coordenadores"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Águas do Mirante S.A.", celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Colocação").

3.6.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar conjuntamente, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.6.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados,



ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.6.2.2. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e atestando estar cientes especialmente, mas não limitadamente, de que (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM, e que poderá vir a ser registrada na ANBIMA apenas para fins de informação de base de dados, nos termos da Cláusula 2.2 acima, desde que expedidas diretrizes específicas pela ANBIMA; e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições desta Escritura.

3.6.3. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer Investidor Qualificado, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais Investidores Qualificados que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais Investidores Qualificados nesse período.

3.6.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, independentemente da ordem cronológica.

3.6.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.6.6. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

### **3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

3.7.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.7.2. O escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Escriturador Mandatário”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

### **3.8. Destinação dos Recursos**

3.8.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão utilizados para: (A) fazer frente ao programa de investimentos referente ao Projeto; e (B) pagamento das dívidas decorrentes dos seguintes instrumentos: (i) “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas do Mirante S.A.”, celebrado entre a Emissora, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a Equipav S.A. – Pavimentação Engenharia e Comércio (“Equipav”) e Greq Participação e Administração Ltda. (“GREQ”), datado de 19 de novembro de 2012, no valor de R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais), e respectivos acessórios; (ii) Cédula de Crédito Bancário nº 00183/2013, emitida pela Emissora, em favor do BESI, tendo como avalista a Fiadora, datada de 21 de novembro de 2013, conforme aditada, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), e respectivos acessórios; (iii) Cédula de Crédito Bancário nº 00010/2014, emitida pela Emissora em favor do BESI, tendo como avalista a Fiadora, datada de 07 de fevereiro de 2014, conforme aditada, no valor de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), e respectivos acessórios; e (iv) Cédula de Crédito Bancário emitida pela Emissora em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., tendo como avalista a Fiadora, datada de 5 de maio de 2014, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), e respectivos acessórios.

3.8.2. Para os fins desta Escritura, considera-se “Projeto” a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento de esgoto sanitário e de destinação de resíduos desse processo, com a ampliação e modernização do sistema de esgotamento sanitário do Município de Piracicaba, incluindo as receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, os valores arrecadados dos usuários referentes ao remanejamento ou desobstrução de ramais de esgotos, serviço de limpa fossas, tratamento de lodo de fossas, inspeção de instalações domiciliares, ensaios laboratoriais e de revisão de hidrômetro a pedido dos usuários, entre outros, conforme previstos no Contrato de Parceria Público-Privada nº 48/2012 – Concorrência nº 01/2011 – Processo nº 1687/2011, celebrado entre a Emissora, o SEMAE, Equipav, a Fiadora e o Município de Piracicaba, datado de 11 de junho de 2012 (“Contrato de PPP”).

## **CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Características Básicas**

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de maio de 2014 (“Data de Emissão”).

4.1.2. **Forma, Emissão de Certificados e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados,

sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.3. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.4. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real, sendo que também contarão com garantia adicional fidejussória.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto nesta Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2015 (“Data de Vencimento”).

4.1.6. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.7. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 1.550 (um mil quinhentas e cinquenta) Debêntures.

## 4.2. Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures

### 4.2.1. Atualização Monetária das Debêntures

4.2.1.1. O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente.

### 4.2.2. Remuneração

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)) (“Taxa DI Over”), acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sendo que cada um desses intervalos de tempo sucede o anterior sem solução de continuidade (“Remuneração”). O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

$J$  = valor unitário da Remuneração devido ao final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

$VNe$  = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

onde:

Fator DI = produtório das Taxas DI Over desde o início do Período de Capitalização, inclusive, até o final do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

$n$  = número total de Taxas DI Over, consideradas na apuração do Fator DI, sendo “ $n$ ” um número inteiro;

$TDI_k$  = Taxa DI Over, de ordem “ $k$ ”, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$ ;

$DI_k$  = Taxa DI Over, de ordem  $k$ , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

$$\text{spread} = 1,6500$$

$n$  = número de Dias Úteis entre a data de emissão ou último pagamento, conforme o caso, e a data atual, sendo “ $n$ ” um número inteiro.

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão  $[1 + TDI_k]$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + TDI_k]$  sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (d) O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
- (e) A Taxa DI Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.2.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI Over, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, será utilizado, em sua substituição, para apuração do “ $TDI_k$ ”, o percentual correspondente à última Taxa DI Over divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI Over respectiva.

4.2.2.3. Na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI Over por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência de Taxa DI Over”) ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI Over deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI Over, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do término do Período de Ausência de Taxa DI Over ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal ou determinação judicial da Taxa DI Over, o que ocorrer primeiro, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, conforme disposto na Cláusula IX, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado (“Taxa

Substitutiva das Debêntures”). Até a deliberação desse novo parâmetro de Remuneração, será utilizado, para o cálculo do valor da Remuneração, o percentual correspondente à última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI *Over* respectiva.

4.2.2.4. Caso a Taxa DI *Over* venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI *Over*, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração desde o dia de sua indisponibilidade.

4.2.2.5. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá, sob pena de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VI desta Escritura, resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Nessa alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizado o percentual correspondente à última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente.

4.2.2.6. Caso haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures, a Escritura deverá ser aditada no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovou a referida Taxa Substitutiva das Debêntures para refletir a nova Remuneração das Debêntures.

4.2.2.7. Para fins da presente Escritura: (i) a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, com exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais; (ii) a expressão “Período de Capitalização” significa o período de capitalização da Remuneração, correspondente ao intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e termina na Data de Pagamento da Remuneração; e (iii) a expressão “Saldo do Valor Nominal Unitário” significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após uma Amortização Extraordinária Facultativa ou uma Amortização Extraordinária Obrigatória.

#### **4.3. Periodicidade do Pagamento da Remuneração das Debêntures**

4.3.1. Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser integralmente pagos em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada das Debêntures, resultante (a) do seu vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos

Eventos de Inadimplemento, nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, (b) do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.2.4.1 abaixo, (c) da Amortização Extraordinária Facultativa ou da Amortização Extraordinária Obrigatória, nos termos da Cláusula 5.3.3.1 abaixo ou (d) do resgate antecipado previsto na Cláusula 4.2.2.5 acima (“Data de Pagamento da Remuneração”).

#### **4.4. Amortização do Valor Nominal Unitário**

4.4.1. O Valor Nominal Unitário (ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) será integralmente amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada das Debêntures, resultante (a) do seu vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, (b) do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.2.4.1 abaixo, (c) da Amortização Extraordinária Facultativa ou da Amortização Extraordinária Obrigatória, nos termos da Cláusula 5.3.3.1 abaixo ou (d) do resgate antecipado previsto na Cláusula 4.2.2.5 acima.

#### **4.5. Local de Pagamento**

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### **4.6. Prorrogação dos Prazos**

4.6.1. Caso uma determinada Data de Vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.7. Encargos Moratórios**

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores em atraso ficarão sujeitos a (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por

cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas razoavelmente incorridas para cobrança (“Encargos Moratórios”).

#### **4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

4.8.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora no jornal indicado na Cláusula 4.11.1 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impuntualidade no pagamento.

#### **4.9. Colocação, Forma e Preço de Integralização**

4.9.1. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, observado o disposto no Contrato de Colocação.

4.9.2. As Debêntures serão integralizadas, no mercado primário, à vista, no ato da subscrição (“Data de Integralização”), em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (“Preço de Subscrição”), de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP, e observadas as condições previstas no Contrato de Colocação.

#### **4.10. Repactuação**

4.10.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### **4.11. Publicidade**

4.11.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no DOESP e no jornal “A Tribuna Piracicabana” (“Aviso aos Debenturistas”), bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores ([www.aguasdomirante.com.br](http://www.aguasdomirante.com.br)), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo para divulgação de suas informações.



#### **4.12. Liquidez e Estabilização**

4.12.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

#### **4.13. Imunidade de Debenturistas**

4.13.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

#### **4.14. Direito ao Recebimento dos Pagamentos**

4.14.1. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

#### **4.15. Classificação de Risco**

4.15.1. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta Restrita para atribuir *rating* às Debêntures.

### **CLÁUSULA V**

#### **AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA OBRIGATÓRIA**

##### **5.1. Aquisição Facultativa**

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

## 5.2. Resgate Antecipado Facultativo e Resgate Antecipado Obrigatório

5.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”).

5.2.2. Não obstante o disposto na Cláusula 5.2.1 acima, em até 3 (três) Dias Úteis após a data em que ocorrer o efetivo desembolso de recursos derivados de qualquer financiamento de longo prazo contraído em relação ao Projeto (“Financiamento de Longo Prazo”), desde que os recursos desembolsados sejam em valor igual ou superior ao Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures à época, acrescido da Remuneração e demais encargos, se houver, a Emissora realizará o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento (“Resgate Antecipado Obrigatório”), exceto no caso de desembolsos de recursos realizados em favor da Emissora no âmbito: (i) de Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, em fase de contratação junto à Caixa Econômica Federal - CEF, para a troca de hidrômetros da Emissora, no valor de R\$ 8.460.358,20 (oito milhões, quatrocentos e sessenta mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos) (“Contrato de Financiamento Finisa”); e/ou (ii) de contrato de financiamento em fase de contratação junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no valor aproximado de R\$ 10.582.000,00 (dez milhões, quinhentos e oitenta e dois mil reais) (“Contrato de Financiamento FINEP”).

5.2.3. Não será admitido Resgate Antecipado Facultativo parcial ou Resgate Antecipado Obrigatório parcial das Debêntures.

5.2.4. O Resgate Antecipado Facultativo e o Resgate Antecipado Obrigatório ocorrerão mediante comunicação dirigida aos Debenturistas (“Comunicação de Resgate Antecipado”), com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso (“Data do Resgate Antecipado”). A Comunicação de Resgate Antecipado poderá ocorrer, a critério da Emissora, por meio de correspondência direta aos Debenturistas ou publicação dirigida aos Debenturistas a ser divulgada nos termos da Cláusula 4.11 desta Escritura.

5.2.4.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado (“Valor do Resgate Antecipado”), sendo que as Partes concordam que não haverá incidência de qualquer prêmio a ser pago pela Emissora em razão do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório.

5.2.4.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado; e (b) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso.

5.2.4.3. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

5.2.5. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo ou o Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Obrigatório também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

5.2.6. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora, com a anuência do Agente Fiduciário, sobre o Resgate Antecipado Facultativo ou o Resgate Antecipado Obrigatório com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo ou o Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso.

5.2.7. A Data do Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil e, caso a respectiva Data do Resgate Antecipado não seja um Dia Útil, a Data do Resgate Antecipado será transferida para o Dia Útil imediatamente seguinte.

### **5.3. Amortização Extraordinária Facultativa e Amortização Extraordinária Obrigatória**

5.3.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, realizar a amortização extraordinária facultativa, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação ("Amortização Extraordinária Facultativa").

5.3.2. Não obstante o disposto nas Cláusulas 5.2.1, 5.2.2 e 5.3.1 acima, até 3 (três) Dias Úteis após a data em que ocorrer o efetivo desembolso de qualquer Financiamento de Longo Prazo em valor inferior ao Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures à época, acrescido da Remuneração e demais encargos, se houver, a Emissora realizará a amortização antecipada obrigatória das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação até o limite do valor desembolsado ("Amortização Antecipada Obrigatória"), exceto no caso de desembolsos de recursos realizados em favor da Emissora no âmbito do Contrato de Financiamento Finisa e/ou do Contrato de Financiamento FINEP.

5.3.3. A Amortização Extraordinária Facultativa e a Amortização Extraordinária Obrigatória ocorrerão mediante comunicação dirigida aos Debenturistas ("Comunicação de Amortização Antecipada"), com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa ou Amortização Extraordinária Obrigatória,

conforme o caso ("Data da Amortização Extraordinária"). A Comunicação de Amortização Antecipada poderá ocorrer, a critério da Emissora, por meio de correspondência direta aos Debenturistas ou publicação dirigida aos Debenturistas a ser divulgada nos termos da Cláusula 4.11 desta Escritura.

5.3.3.1. Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa ou da Amortização Extraordinária Obrigatória, os Debenturistas farão jus ao pagamento de parcela Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescida da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data da Amortização Extraordinária, devendo tal amortização abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação ("Valor da Amortização Extraordinária"), sendo que as Partes concordam que não haverá incidência de qualquer prêmio a ser pago pela Emissora em razão da Amortização Extraordinária Facultativa ou da Amortização Extraordinária Obrigatória.

5.3.3.2. Na Comunicação de Amortização Extraordinária deverá constar: (a) a Data da Amortização Extraordinária; e (b) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa ou da Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme o caso.

5.3.4. Caso ocorra a Amortização Extraordinária Facultativa ou a Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a respectiva Amortização Extraordinária Facultativa ou Amortização Extraordinária Obrigatória também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

5.3.5. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora, com a anuência do Agente Fiduciário, sobre a Amortização Extraordinária Facultativa ou a Amortização Extraordinária Obrigatória com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer a Amortização Extraordinária Facultativa ou a Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme o caso.

5.3.6. A Data da Amortização Extraordinária deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil e, caso a respectiva Data do Resgate Antecipado não seja um Dia Útil, a Data da Amortização Extraordinária será transferida para o Dia Útil imediatamente seguinte.

## CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

### 6.1. Vencimento Antecipado Automático

6.1.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.2 e 6.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipada e automaticamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura e exigir, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, o

imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses, um “Evento de Inadimplemento Automático”):

- (a) (i) apresentação, por parte da Emissora e/ou da Fiadora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; ou (ii) ingresso em juízo com requerimento de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou da Fiadora, independentemente do deferimento do respectivo requerimento;
- (b) (i) decretação de falência da Emissora e/ou da Fiadora; (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou pela Fiadora; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou da Fiadora, desde que não elidido no prazo legal; e/ou (iv) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Fiadora, incluindo acordo de credores;
- (c) inadimplemento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura;
- (d) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.8 desta Escritura;
- (e) cessação pela Emissora e/ou pela Fiadora de sua atividade empresarial ou adoção de medidas societárias voltadas a sua liquidação, dissolução ou extinção;
- (f) caso esta Escritura, o Contrato de Penhor de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes, qualquer outro documento relacionado à Emissão ou qualquer uma de suas disposições substanciais sejam revogados, rescindidos, anulados ou deixem de estar em pleno efeito e vigor;
- (g) ocorrência de alterações no controle acionário direto da Emissora, sem a prévia anuência de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (h) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reestruturação societária envolvendo a Emissora, exceto se: (i) a referida cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou outra forma de reorganização

societária houver sido aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (ii) a referida cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou outra forma de reorganização societária envolver exclusivamente sociedades que, nesta data, são integrantes do grupo econômico da Emissora;

- (i) inadimplemento de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Fiadora, realizada no mercado local e/ou internacional, contraída com qualquer dos Debenturistas, independentemente do valor envolvido;
- (j) declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Fiadora, realizada no mercado local e/ou internacional, contraída com qualquer dos Debenturistas, independentemente do valor envolvido;
- (k) declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Fiadora, realizada no mercado local e/ou internacional, contraída com quaisquer terceiros que não os Debenturistas, em valor individual ou agregado superior a: (i) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no caso de obrigações da Emissora; (ii) ou R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso de obrigações da Fiadora;
- (l) extinção da concessão objeto do Contrato de PPP, nos termos ali previstos;
- (m) transformação da Emissora e ou da Fiadora em sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade), nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (n) redução de capital social da Emissora sem a prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (o) na hipótese de a Emissora não constituir as Garantias Reais, nos termos dos respectivos instrumentos constitutivos, ou deixar de providenciar o registro desta Escritura, em relação à Fiança, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documento, nos termos da Cláusula 3.5.1.10;
- (p) existência de ato de autoridade governamental, com o objetivo de sequestrar, expropriar, desapropriar, ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou ações representativas do capital social da Emissora; e
- (q) a não utilização dos recursos obtidos com desembolsos decorrentes de qualquer Financiamento de Longo Prazo, no Resgate Antecipado Obrigatório ou

Amortização Antecipada Obrigatória, conforme o caso, das Debêntures, exceto no que se refere aos montantes captados por meio do Contrato de Financiamento FINISA e do Contrato de Financiamento FINEP.

6.1.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Automáticos previstos na Cláusula 6.1.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, assim que ciente, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita, nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, informando tal acontecimento.

## **6.2. Vencimento Antecipado Não Automático**

6.2.1. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.2.2 a 6.2.4 e 6.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.2.2 abaixo, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses, um “Evento de Inadimplemento Não Automático” e, em conjunto com os Eventos de Inadimplemento Automático, os “Eventos de Inadimplemento”)

- (a) inadimplemento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura, no Contrato de Penhor de Ações, no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que referida obrigação não pecuniária deveria ter sido cumprida, observado que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico nesta Escritura e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão;
- (b) caso se revelem falsas, incorretas e/ou substancialmente omissas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão;
- (c) protesto de títulos cujo pagamento seja responsabilidade da Emissora, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), ou da Fiadora, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto se, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de intimação do protesto, (i) a Emissora e/ou a Fiadora, conforme aplicável, comprovar que referido protesto foi indevidamente efetuado, decorreu de erro ou má-fé de terceiros, ou foi sustado ou cancelado; ou (ii) os efeitos do protesto forem suspensos por decisão judicial;
- (d) inadimplemento de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Fiadora, realizada no mercado local e/ou internacional, contraída com quaisquer terceiros que não os Debenturistas, em valor individual ou agregado superior a: (i)

R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para a Emissora; (ii) ou R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para a Fiadora;

- (e) encerramento de conta corrente de depósitos de titularidade da Emissora, em qualquer estabelecimento bancário, por força da aplicação de normas legais ou regulamentares, devendo a Emissora informar ao Agente Fiduciário tal ocorrência;
- (f) ocorrência de qualquer evento que tenha, com relação à Emissora ou à Fiadora, conforme aplicável: (i) qualquer efeito adverso relevante na situação financeira ou de outra natureza, nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; ou (ii) qualquer efeito adverso relevante nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura, do Contrato de Penhor de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes, bem como dos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta Restrita ("Efeito Adverso Relevante"), sendo certo que a Emissora ou a Fiadora, conforme o caso, terão o direito de apresentar explicações sobre tal Efeito Adverso Relevante em até 2 (dois) Dias Úteis antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas que deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures;
- (g) autuações impostas à Emissora pelos órgãos governamentais de caráter socioambiental, em valor individual ou agregado igual ou superior ao montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), não sanadas ou formalmente contestadas no prazo legal a contar da data de seu recebimento;
- (h) autuações impostas à Emissora pelos órgãos governamentais de caráter fiscal ou de defesa da concorrência, dentre outros, cujo somatório seja igual ou superior ao montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), não sanadas ou formalmente contestadas no prazo legal a contar da data de seu recebimento;
- (i) existência de execuções judiciais de qualquer natureza, contra a Emissora, não sanadas ou formalmente contestadas no prazo legal a contar da data da citação, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- (j) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reestruturação societária envolvendo a Fiadora, exceto se: (i) a referida cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou outra forma de reorganização societária houver sido aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (ii) a referida cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou outra forma de reorganização societária envolver exclusivamente sociedades que, nesta data, são integrantes do grupo econômico da Fiadora;



- (k) existência de restrições cadastrais em órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC, CCF, CADIN, dentre outros, inclusive de caráter fiscal), que venham a recair sobre a Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), e que não sejam sanadas, satisfatoriamente esclarecidas ou formalmente contestadas, em até 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de conhecimento pela Emissora; e
- (l) não observância, pela Fiadora, dos índices financeiros (“Índices Financeiros”) indicados a seguir, a serem calculados pela Fiadora e acompanhados pelo Agente Fiduciário com base nas informações anuais consolidadas e auditadas divulgadas pela Fiadora, sendo que a verificação será realizada com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas da Fiadora divulgadas a partir do exercício social encerrado em 31 dezembro de 2014 e o Agente Fiduciário deverá realizar referido acompanhamento, nos termos da Cláusula 7.1, item (a), alínea (iii), abaixo:
- (i) Dívida Financeira Líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0; e
  - (ii) Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida deve ser igual ou maior a 1,3.

6.2.1.1. Para fins desta Escritura: (a) “Dívida Financeira Líquida” significa a Dívida Total menos o saldo em caixa e o saldo de aplicações financeiras; (b) “Dívida Total”: significa, com relação à Fiadora, a somatória de (i) todos os endividamentos da Fiadora relacionados a empréstimos de qualquer instituição financeira, incluindo, sem limitação, obrigações relativas a cartas de crédito; (ii) todas as obrigações da Fiadora representadas por debêntures, notas promissórias ou outros títulos e/ou valores mobiliários similares; (iii) todas as obrigações da Fiadora na condição de arrendatária em contratos de arrendamento mercantil (*leasing*), em conformidade com os termos dos contratos de arrendamento mercantil (*leasing*) registrados como *leasing* de bens do ativo imobilizado, conforme aplicável; e (iv) dívidas líquidas do saldo a receber e do saldo a pagar decorrentes de derivativos, incluindo contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos; (c) “EBITDA”: significa, para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Fiadora, acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (i) depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito de concessão; (ii) provisão de manutenção; e (iii) apropriação de despesas antecipadas, sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses; e (d) “Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida” significa a capacidade de pagamento da dívida da Fiadora, sendo calculado como o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais, acrescido das captações de dívida, aporte de capital e saldo inicial em caixa e em aplicações financeiras, dividido pelo serviço da dívida da Fiadora, que incluem o pagamento de juros e do principal da Dívida Total, sendo certo que o ICSD deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses baseado nas

demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

6.2.2. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Não Automáticos, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo permitido por lei, para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula IX desta Escritura e o quórum específico estabelecido na Cláusula 6.2.3 abaixo. As Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora, na forma da Cláusula 9.1.1 abaixo.

6.2.3. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.2.2 acima, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem pelo não vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

6.2.4. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.2.2 acima, forem declaradas antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, ou em caso de não instalação em segunda convocação da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, comunicação à Emissora nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, com cópia para a CETIP e ao Banco Liquidante.

### **6.3. Obrigação de Resgate das Debêntures por conta de Vencimento Antecipado**

6.3.1. Em caso de declaração de vencimento antecipado, pelo Agente Fiduciário, das obrigações decorrentes das Debêntures, em virtude da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nas Cláusulas 6.1.1 e 6.2.1 acima, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis, contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada, ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, no endereço constante da Cláusula XI abaixo ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula XI abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

## CLÁUSULA VII

### OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) no prazo de até 90 (noventa) dias corridos contados do término do exercício social, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao exercício social anterior, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e relatório da administração, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor; (b) declaração de diretor estatutário da Emissora atestando (1) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (2) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula VI e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (3) que não foram praticados atos em desacordo com o Estatuto Social;

(ii) no prazo de até 90 (noventa) dias corridos contados do término do exercício social, (a) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Fiadora relativas ao exercício social anterior, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e relatório da administração, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor; (b) declaração de diretor estatutário da Fiadora atestando o cumprimento ou não das obrigações da Fiadora descritas nesta Escritura, inclusive (1) com relação aos Índices Financeiros, detalhando, em caso negativo, o motivo do descumprimento, e (2) informando a não ocorrência de Evento de Inadimplemento;

(iii) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da efetiva entrega das demonstrações financeiras da Fiadora ao Agente Fiduciário, conforme previsto na Cláusula 7.1, item (a), alínea (ii) acima, relatório contendo memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para o acompanhamento dos Índices Financeiros devidamente calculados pela Fiadora, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora, à Fiadora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(iv) qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da respectiva solicitação;

- (v) em tempo hábil, as informações veiculadas nos termos previstos na Cláusula 4.11 acima;
- (vi) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tiver tomado conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura;
- (vii) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis da data de recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora e/ou pela Fiadora que possa resultar em Efeito Adverso Relevante;
- (viii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) convocar, nos termos da Cláusula IX desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com as Debêntures, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (c) informar por escrito ao Agente Fiduciário, na mesma data da convocação, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
- (d) informar por escrito ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, em até 2 (dois) Dias Úteis de sua ocorrência;
- (e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e da CETIP, conforme aplicável, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (f) até a data de integralização das Debêntures, disponibilizar na rede mundial de computadores da Emissora cópia das suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013;
- (g) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (h) informar por escrito ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis de sua ocorrência, sobre qualquer evento que tenha, com relação à Emissora ou à Fiadora, um Efeito Adverso Relevante;
- (i) comparecer a Assembleias Gerais sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura;

- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social ou com esta Escritura, em especial atos que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (k) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (l) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (m) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora, entregando ao Agente Fiduciário os comprovantes, quando solicitado;
- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário previamente aprovadas pela Emissora, sempre que possível, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (o) tomar todas as providências para manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações necessárias para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (p) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura, do Contrato de Penhor de Ações, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes e dos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta Restrita, de que seja parte, conforme aplicável, e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- (q) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura e nos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta Restrita, de que seja parte, conforme aplicável;
- (r) arcar com todos os custos decorrentes: (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (ii) de registro e de publicação dos atos necessários à realização da Emissão e da Oferta Restrita e os atos societários da Emissora; (iii) de registro desta Escritura, do Contrato de Penhor de Ações, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos

Emergentes e seus eventuais aditamentos, nos termos desta Escritura; e (iv) das despesas com a contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante, do Escriturador Mandatário e das demais partes envolvidas na realização da Emissão e da Oferta Restrita;

- (s) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, nos termos da Instrução CVM 476:
  - (i) preparar as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações;
  - (ii) submeter as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
  - (iii) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento do seu exercício social. Divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
  - (iv) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados no subitem (iii) acima em sua página na Internet;
  - (v) observar as disposições da Instrução da CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
  - (vi) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário, aos Coordenadores e à CETIP;
  - (vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP; e
  - (viii) não realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (t) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

- (u) não conceder, sem anuência prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, qualquer espécie de empréstimo ou garantia, ou efetuar qualquer tipo de pagamento à sua controladora e/ou a seus acionistas, salvo aqueles no curso ordinário de negócios e limitados a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), observado o disposto na alínea “aa” desta Cláusula 7.1;
- (v) não alienar, vender, ceder ou transferir, a qualquer título, sem anuência prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ativos cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- (w) não constituir, sem anuência prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, quaisquer ônus ou gravames sobre seus ativos, salvo se em caso de Financiamento de Longo Prazo, cujos recursos sejam destinados exclusivamente ao Resgate Antecipado Obrigatório ou à Amortização Antecipada Obrigatória, conforme o caso, das Debêntures;
- (x) não contratar novas dívidas bancárias sem anuência prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, excetuando-se (i) o Contrato de Financiamento Finisa; (ii) o Contrato de Financiamento FINEP; e (iii) outras operações de curso ordinário dos negócios da Emissora em valor, individual ou agregado, de até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- (y) não distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio até a integral liquidação das obrigações decorrentes das Debêntures sem anuência prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (z) enviar imediatamente ao Agente Fiduciário cópia simples da licença prévia e da licença de instalação do sistema Ártemis, tão logo sejam obtidas;
- (aa) manter em vigor todos os contratos e instrumentos de financiamento relevantes para a condução de seus negócios (inclusive, sem limitação, documentos do Projeto, Contrato de EPC, caso aplicável, e o Contrato de PPP), assim como as autorizações, alvarás e/ou licenças, inclusive as ambientais (observado o disposto na Cláusula 10.1, itens “(e)”, “(f)” e “(g)” abaixo), exigidas pelos órgãos competentes que sejam necessária para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;

- (bb) (i) enviar ao Agente Fiduciário todos os dados financeiros, atos societários necessários e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e (ii) prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório mencionado na alínea “m” da Cláusula 8.4.1 abaixo que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório na CVM, previsto na alínea “n” da Cláusula 8.4.1 abaixo;
- (cc) enviar quadrimestralmente ao Agente Fiduciário relatórios contemplando o andamento dos processos de licenciamento envolvendo a Emissora e suas atividades, incluindo o atendimento às condicionantes da(s) licença(s) emitidas pelo órgão ambiental que sejam de responsabilidade da Emissora, contratualmente, nos termos do Contrato de PPP;
- (dd) enviar quadrimestralmente ao Agente Fiduciário os relatórios resumidos de controle ambiental das principais obras, nos quais devem constar as intervenções realizadas, tipos impactos gerados e medidas corretivas/mitigadoras adotadas;
- (ee) encaminhar ao Agente Fiduciário, juntamente aos relatórios de controle ambiental das obras, relatórios de gestão de saúde e segurança do trabalho dos funcionários e de terceiros, contendo objetivos, metas e ações corretivas e preventivas definidas para esse estágio do projeto e indicadores quantitativos;
- (ff) enviar quadrimestralmente ao Agente Fiduciário os resultados dos processos de consulta e reclamações inerentes às obrigações de responsabilidade da Emissora ou de suas subcontratadas, informando, inclusive, motivo das reclamações, tempo de atendimento e percentual de casos solucionados;
- (gg) apresentar ao Agente Fiduciário o “Sistema de Gestão Ambiental da Águas do Mirante”, assim que concluído; o sistema deverá incluir um procedimento de atendimento para acidentes ambientais (incluindo rompimento de adutora e risco de assoreamento, colapso de estrutura e inundações); e
- (hh) apresentar aos Debenturistas informações sobre o Projeto, sempre que solicitado, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da respectiva solicitação.

7.1.1. A Emissora, neste ato, declara que está ciente e concorda que o envio dos documentos indicados nos itens (z), (bb), (cc), (dd), (ee), (ff) e (gg) da Cláusula 7.1 acima ao Agente Fiduciário possui caráter exclusivamente informativo e que tal envio, consequentemente, não importa em qualquer obrigação ou responsabilidade adicionais por parte do Agente Fiduciário além do envio desses documentos aos Debenturistas, quando por estes solicitado.



## **CLÁUSULA VIII**

### **AGENTE FIDUCIÁRIO**

#### **8.1. Nomeação**

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

#### **8.2. Declaração**

8.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

- (i) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) que também atuou e atua, nesta data, como agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantias adicionais real e fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Fiadora ("2ª Emissão da Fiadora"), com vencimento em 20 de abril de 2015, em que foram emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Fiadora são garantidas por garantia fidejussória da Engepav Engenharia e Comércio LTDA. ("Engepav"), bem como por cessão fiduciária de 50% (cinquenta por cento) dos recebíveis do fluxo de dividendos distribuídos pela Pro Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Águas de Guariroba S.A. e Engepav, e por penhor de ações de 54,39% (cinquenta e quatro inteiros e trinta e nove centésimos por cento) do capital social da Fiadora detidas pela Aegea Investimentos S.A. e Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações, conforme previsto na escritura de emissão da 2ª Emissão da Fiadora; (ii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie com garantia real, garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("1ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 20 de julho de 2014, em que foram emitidas 660 (seiscentas e sessenta) debêntures, sendo 400 (quatrocentas) para 1ª série e 260 (duzentas e sessenta) debêntures para a 2ª série, no valor de R\$66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória da Equipav e pela GREQ, bem como por cessão fiduciária dos direitos emergentes do Contrato de PPP, e por alienação fiduciária de ações de emissão da Emissora e de titularidade da Fiadora, conforme previsto na escritura de emissão da 1ª Emissão da Emissora e nos respectivos instrumentos das garantias;
- (m) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas na alínea (l) acima, bem como aos Debenturistas; e

- (n) que a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações e informações prestadas pela Emissora, se deu por meio das informações fornecidas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo.

8.2.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura (ou, no caso de agente fiduciário que venha a substituir o Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 8.3 abaixo, a partir da data de assinatura do aditamento relativo à sua substituição), devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 8.3 abaixo.

8.2.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas nos termos desta Escritura e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas e/ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.2.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.2.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.2.6. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros da Fiadora.

### 8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.6 abaixo.

8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário está sujeita (a) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM 28; e (b) a eventuais normas posteriores.

8.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, que deverá ser (i) arquivado na JUCESP; e (ii) averbado à margem do registro desta Escritura, em até 20 (vinte) dias, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

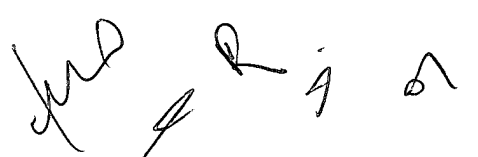
8.3.5. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito emanados da CVM.

### 8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens e negócios;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e as respectivas averbações de seus aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo de caracterizar o descumprimento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9.1.2 abaixo;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- m.1) eventual omissão, incorreção ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - m.2) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - m.5) resgate, amortização, e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Emissora;
  - m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
  - m.9) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - m.10) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração; e
  - m.11) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

- (n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (m) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- n.1) na sede da Emissora;
  - n.2) na sede do Agente Fiduciário;
  - n.3) na CVM;
  - n.4.) na CETIP; e
  - n.5.) no endereço das instituições financeiras que atuaram como Coordenadores na colocação das Debêntures.
- (o) publicar, nos termos do da Cláusula 4.11 acima e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (m) acima se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, estes últimos, a partir da data em que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) conforme necessário, orientar a Emissora no resgate das Debêntures, por conta do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos casos previstos nesta Escritura;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, por meio de documentos e informações fornecidas pela Emissora;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência do evento, sobre a ocorrência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;

- (t) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento; e
- (u) disponibilizar o Valor Nominal Unitário, a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

## **8.5. Atribuições Específicas**

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado nos prazos previstos na Cláusula VI acima, conforme aplicáveis:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, em qualquer procedimento de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. Observado o disposto na Cláusula 6.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 8.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 8.5.1 acima.

## **8.6. Remuneração do Agente Fiduciário**

8.6.1. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a parcela única no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), sendo primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil subsequente à assinatura desta Escritura. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante Transferência Eletrônica Disponível - TED na conta corrente de titularidade do Agente Fiduciário, a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do TED como prova de quitação do pagamento.



8.6.2. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes na data do efetivo pagamento.

8.6.3. A remuneração acima referida não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, *conference calls*, contatos telefônicos, viagens e estadias, alimentação, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

8.6.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito à atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.6.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso.

8.6.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

## **8.7. Despesas**

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas necessárias que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 10 (dez) dias contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário.

8.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.7.3. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do

serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissora.

8.7.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.4.1. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário em decorrência do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

8.7.5. As despesas a que se refere esta Cláusula 8.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões, fotocópias, digitalizações e com envio de documentos;
- (c) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão;
- (d) locomoções entre Estados da Federação, respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.7.6. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as

despesas previstas nas Cláusulas 8.7.3 e 8.7.4 acima reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

## **CLÁUSULA IX**

### **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

#### **9.1. Convocação**

9.1.1. As assembleias gerais de Debenturistas (“Assembleias Gerais de Debenturistas”) poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.1.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos jornais indicados na Cláusula 4.11 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data da publicação do novo edital de convocação.

9.1.4. Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, conforme o caso.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais de Debenturistas respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais de Debenturistas.

#### **9.2. Quorum de Instalação**

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

9.2.2. Para efeito desta Escritura, inclusive para constituição de todos e quaisquer dos *quorums* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas aqui previstos, consideram-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas

pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de titularidade de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

### **9.3. Quorum de Deliberação**

9.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto nos itens 9.3.2 e 9.3.3 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.

9.3.2. Não estão incluídos no *quorum* previsto da Cláusula 9.3.1 acima:

- (i) os *quoruns* expressamente previstos em outras disposições desta Escritura; e
- (ii) a alteração das seguintes características e condições das Debêntures, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (i) Remuneração; (ii) datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) espécie das Debêntures; (iv) hipóteses de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; e (v) datas de amortização.

9.3.3. As alterações dos *quoruns* estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 9.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

### **9.4. Mesa Diretora**

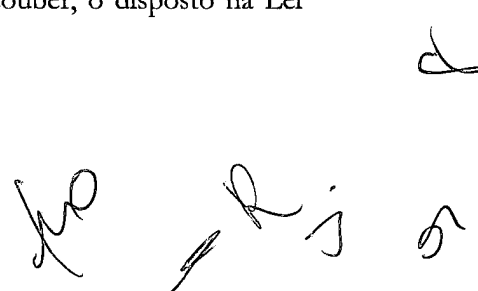
9.4.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

### **9.5. Outras Disposições Aplicáveis à Assembleia Geral de Debenturistas**

9.5.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.



**CLÁUSULA X**  
**DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA**

10.1. A Emissora e a Fiadora, de forma individual, declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, conforme aplicável, que:

- (a) é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive societárias e regulatórias, para celebrar esta Escritura, emitir as Debêntures ou prestar a Fiança, conforme aplicável, e cumprir com todas as obrigações previstas nesta Escritura, no Contrato de Penhor de Ações e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes, conforme aplicável, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (d) a celebração desta Escritura, do Contrato de Penhor de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes, bem como a emissão das Debêntures, a prestação da Fiança e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos (i) não infringem o estatuto social da Emissora e/ou da Fiadora; (ii) não infringem qualquer disposição legal, regulamentar, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou a Fiadora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos estejam sujeitos, conforme aplicável; (iii) não resultará em vencimento antecipado e/ou rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos ou de qualquer obrigação neles estabelecida; (iv) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou a Fiadora, ou (v) não resultará na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou da Fiadora, exceto por aqueles já existentes na presente data e por aqueles criados por meio do Contrato de Penhor de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes;
- (e) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto a licença prévia e a licença de instalação do sistema Ártemis, que já foram solicitadas e se encontram em trâmite de aprovação perante a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB (“CETESB”), sob os processos de nº 21/00532/14, 21/00533/14, 21/00534/14, 21/00535/14,

21/00536/14, 21/10045/14 e 21/10046/14, todos protocolados na CETESB em 16/05/2014;

- (f) está enviando seus melhores esforços na obtenção das licenças referentes ao sistema Ártemis mencionadas no item “(e)” acima, bem como enviará imediatamente ao Agente Fiduciário cópia simples de tais licenças tão logo sejam obtidas;
- (g) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora e/ou a Fiadora estejam discutindo a aplicabilidade da respectiva lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora e a Fiadora estão cumprindo todas as leis regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais competentes em relação à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora e a Fiadora (exceto com relação à obtenção da licença prévia e da licença de instalação do sistema Ártemis, obtenção esta que se encontra em trâmite de aprovação junto à CETESB), inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades relacionadas a seu respectivo objeto social;
- (h) as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Emissora e da Fiadora disponibilizadas representam corretamente a posição financeira da Emissora e da Fiadora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (i) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, e não ocorreu e não existe qualquer Evento de Inadimplemento;
- (j) a Emissora e a Fiadora não possuem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro procedimento de investigação governamental que (i) tenha um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) vise a anular, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura, as Debêntures, o Contrato de Penhor de Ações e/ou o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes;
- (k) a Emissora não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.8 acima e, no caso da Fiadora, a Fiança;

- (m) esta Escritura, o Contrato de Penhor de Ações, o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes e as obrigações previstas nesses instrumentos constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora e/ou da Fiadora (conforme aplicável), exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (n) as informações prestadas pela Emissora e pela Fiadora são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Debêntures;
- (o) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento integral, pela Emissora e pela Fiadora, de todas as suas obrigações nos termos desta Escritura, do Contrato de Penhor de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes, ou para a realização da Emissão, exceto (i) pelo arquivamento na JUCESP da ata da AGE na Emissão e da RCA da Aegea; (ii) pela inscrição desta Escritura, e seus eventuais aditamentos, na JUCESP e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; (iii) pelo registro do Contrato de Penhor de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; (iv) pelo registro das Debêntures na CETIP, nos termos desta Escritura; e (v) pela autorização prévia e expressa da SEMAE em relação à constituição do Penhor de Ações e da Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes, que foi obtida nos termos do OFÍCIO/SEMAE/PPP/025/2014, datado de 15 de maio de 2014;
- (p) não omitiram qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora e/ou da Fiadora em prejuízo dos Debenturistas; e
- (q) inexistência de violação ou indício de violação a qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13 e a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e o UK Bribery Act 2010, conforme aplicável, pela Emissora ou suas coligadas e controladas.

10.2. A Emissora declara, ainda, (i) não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente, suas funções conforme descritas nesta Escritura e na Instrução CVM 28; (ii) ter ciência de todas as disposições da Instrução CVM 28 a serem cumpridas pelo Agente Fiduciário; (iii) que cumprirá todas as determinações do Agente Fiduciário vinculadas ao cumprimento das disposições previstas naquela Instrução; e (iv) não existir nenhum impedimento legal contratual ou acordo de acionistas que impeça a presente Emissão.

10.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados, por decisão definitiva transitada em julgado pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas por ela e/ou pela Fiadora (conforme o caso), nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.4. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.3 acima, a Emissora obriga-se a notificar o Agente Fiduciário e aos Debenturistas no Dia Útil subsequente, caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

## **CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **11.1. Comunicações**

11.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**ÁGUAS DO MIRANTE S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 8º andar, sala 01, Jardim Paulistano  
São Paulo, SP

At.: Sra. Sílvia Letícia Tesseroli / Sra. Ana Paula Achcar

Tel.: (11) 3818-8127 / (11) 3818-8165

Fax: (11) 3818-8166

E-mail: [op.financeiras@aegea.com.br](mailto:op.financeiras@aegea.com.br)

**Para a Fiadora:**

**AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 8º andar, sala 01, Jardim Paulistano  
São Paulo, SP

At.: Sra. Sílvia Letícia Tesseroli / Sra. Ana Paula Achcar

Tel.: (11) 3818-8127 / (11) 3818-8165

Fax: (11) 3818-8166

E-mail: [op.financeiras@aegea.com.br](mailto:op.financeiras@aegea.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514  
Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sra. Marcelle Motta Santoro / Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel: (21) 3385-4565



Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)

**Para o Banco Liquidante:**

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa

São Paulo, SP

At.: Sr. Douglas Callegari

Tel. (11) 2797-4431

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: [douglas.callegari@itau-unibanco.com.br](mailto:douglas.callegari@itau-unibanco.com.br)

**Para o Escriturador Mandatário:**

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

At.: Sr. Douglas Callegari

Tel. (11) 2797-4431

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: [douglas.callegari@itau-unibanco.com.br](mailto:douglas.callegari@itau-unibanco.com.br)

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 - 4º andar

01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A mudança de qualquer dos endereços deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereço serão arcados pela Parte inadimplente, exceto se de outra forma previsto nesta Escritura.

**11.2. Renúncia**

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba à Emissora, ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado

como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### **11.3. Despesas**

11.3.1. Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão e a Oferta Restrita ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora, nos termos desta Escritura.

### **11.4. Título Executivo Judicial e Execução Específica**

11.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

### **11.5. Aditamentos**

11.5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser formalizados por escrito, com assinatura da Emissora e do Agente Fiduciário, inscritos na JUCESP e averbados à margem do registro desta Escritura nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos das Cláusulas 2.4.1 e 2.5.1 acima.

### **11.6. Correção Monetária**

11.6.1. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, os valores de referência em Reais (R\$) dela constantes deverão ser corrigidos pela variação do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário ou a Remuneração.

### **11.7. Outras Disposições**

11.7.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

11.7.2. A Emissora desde já garante ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, que as obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da presente Escritura serão assumidas pela sociedade que a suceder a qualquer título.

11.7.3. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.7.4. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

11.7.5. Os prazos estabelecidos nesta Escritura serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.

#### **11.8. Lei Aplicável**

11.8.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

#### **11.9. Foro**

11.9.1. As Partes elegem o foro da Comarca da capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam esta Escritura em 8 (oito) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 26 de maio de 2014.

*(O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO)*

*(Página de assinatura 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantias Reais, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Águas do Mirante S.A., datado de 26 de maio de 2014)*

**ÁGUAS DO MIRANTE S.A.**


Nome: **JORGE CARLOS AMIN**  
Cargo: **Águas do Mirante S/A**

Nome: **JOSÉLIO ALVES RAYMUNDO**  
Cargo: **Águas do Mirante S/A**

12.5.8  
9

*(Página de assinatura 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantias Reais, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Águas do Mirante S.A., datado de 26 de maio de 2014)*

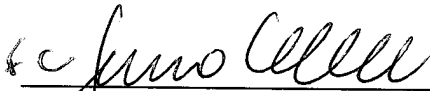
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

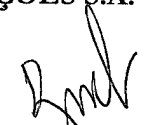
  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Paula de Oliveira  
Procuradora  
RG: 28.306.958-2  
CPF: 216.001.828-79

R  
fo  
51


(Página de assinatura 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantias Reais, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Águas do Mirante S.A., datado de 26 de maio de 2014)


**AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.**

  
\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

  
\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

Testemunhas:

  
\_\_\_\_\_  
Nome: **Marcelo Roberto Passos Viana Filho**  
CPF: **RG 08636914-80 SSP/BA**  
**CPF 019.448.335-52**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: **Alexandre Coelho Matia**  
CPF: **RG: 28.405.881-6 SSP/S**  
**CPF: 375.604.978-7**